

A relevância estratégica das contratações de TIC para o Ensino, Pesquisa e Extensão

Denise Cristiane dos Santos¹, Vanessa Lucas Gonçalves¹, Valmir Antunes Pereira¹

Centro de Computação Eletrônica – Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Avenida Francisco H. dos Santos, 100 – Jardim das Américas – 81.530-000 - Curitiba, PR

denisantos@ufpr.br, vanessalu@ufpr.br, valmirantunes@ufpr.br

Resumo. Este artigo apresenta o relato da adoção de um modelo de aquisições de bens e serviços de TIC na UFPR, seguindo a Instrução Normativa 04/2014 n.º 04/2014 - SLTI/MPOG. Descreve sua importância estratégica e o impacto na viabilização do Ensino, Pesquisa e Extensão das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. Por fim, retrata a experiência na Universidade Federal do Paraná, com foco nos prós e contras da implementação do modelo.

1 Introdução

Buscando atender as recomendações da Instrução Normativa n.º 04/2014 - SLTI/MPOG, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (atual Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) e com base no Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação V 2.0 (SLTI/MPOG, 2014) foi elaborado o Modelo de Aquisições de bens e serviços de TIC (MATIC¹) da Universidade Federal do Paraná no ano de 2015, aprovado pela Resolução 16/2016 – COPLAD (Conselho de Planejamento e Administração).

Em função da distribuição da UFPR em diversos campi e de unidades de TICs descentralizadas, o processo de contratação de soluções de TIC não seguia um padrão, dificultando a gestão de contratos e ocasionando uma deficiência na gestão do processo dessas aquisições.

Diante deste cenário, os objetivos da adoção do MATIC na UFPR foram:

- Possibilitar à Instituição a retomada do processo de aquisições das soluções de TIC, vez que sem atender as normativas do governo não era possível realizar essas aquisições;
- Centralizar o planejamento das aquisições na unidade responsável pela TIC na UFPR (Centro de Computação Eletrônica - CCE);
- Padronizar os principais artefatos utilizados no processo de planejamento das aquisições (Documento de Oficialização da Demanda - DOD, Estudo Técnico Preliminar – ETP, Análise de Riscos e Termo de Referência);
- Melhorar e manter rotinas de suporte à aquisição na Instituição;
- Reduzir os riscos dos processos de contratação de bens e serviços de TIC;
- Proporcionar uma seleção adequada dos fornecedores e atendimentos das demandas Institucionais;
- Favorecer a manutenção e acompanhamento das contratações na fase da gestão contratual.

Ao atender esses objetivos, o MATIC viabiliza a contratação de soluções mais adequadas a realidade da Instituição alinhadas estrategicamente ao tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, à

¹ Sigla criada pelos autores apenas para facilitar a referência ao modelo no presente artigo.

medida que a execução do Plano Diretor de TI (PDTI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) estão intimamente ligados à contratação de soluções de TIC.

Como resultados da adoção do MATIC, nos últimos dois anos, identifica-se uma série de pontos positivos e negativos. Alguns pontos positivos estão relacionados ao maior planejamento, alinhamento, padronização e controle das aquisições. Em contrapartida, as principais dificuldades encontradas nesse período estão relacionadas à complexidade do processo de planejamento e a falta de servidores capacitados e disponíveis para realizá-lo, o que acarreta em uma maior demora na conclusão dessa fase do processo de aquisição. Outra dificuldade observada está na disseminação de uma nova cultura de planejamento e na identificação do valor que é agregado ao se planejar e alinhar estrategicamente as aquisições da Instituição.

2 Métodos

Este artigo apresenta o relato da experiência da unidade de TIC (CCE) da UFPR após a adoção do MATIC e a sua relevância estratégica para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Para melhor compreensão do relato faz-se necessário a apresentação da estrutura do MATIC. Primeiramente, é identificada a existência da demanda no PDTI, ou seja, é verificado o alinhamento da demanda com os objetivos e necessidades estratégicas da Instituição. Caso a demanda não esteja prevista no PDTI, esta é encaminhada ao Comitê Gestor de TIC (CGTIC) para aprovação ou não da sua inclusão. O segundo objetivo da análise é incluir a demanda em processo de planejamento em andamento ou iniciar um novo processo. Além desta análise da unidade de TIC, as demandas passam por análise de prioridades pelas instâncias superiores (Pró-Reitoria ou Reitoria).

Após essas análises inicia-se o processo de planejamento por uma equipe composta por um representante da área técnica (unidade de TIC), um representante da área requisitante da solução de TIC e um representante da área administrativa. É realizado um Estudo Técnico Preliminar (ETP) onde é realizado um levantamento das alternativas de soluções que possam atender a demanda. Nesse estudo são avaliados os requisitos do negócio (necessidades da área requisitante) e os requisitos das soluções de TIC incluindo:

- Tecnológicos e de desempenho;
- De infraestrutura;
- De capacitação;
- De conformidade legal;
- De manutenção e garantia;
- Temporais/prazos;
- De segurança;
- De continuidade do negócio;
- Sociais, ambientais e culturais.

O ETP é finalizado com a escolha e justificativa da solução que atenda aos requisitos analisados.

Após a elaboração do ETP, equipe de planejamento realiza uma análise dos principais riscos envolvidos no processo de contratação e os riscos da própria solução de TIC. O objetivo da análise de riscos é identificar a sua probabilidade de ocorrência, a gravidade do seu impacto e as ações que podem ser tomadas preventivamente ou contingencialmente.

O documento final produzido durante a fase de planejamento da contratação é o Termo de Referência (TR), que é base para a elaboração do Edital. No TR é detalhado o objetivo da

contratação, a justificativa da sua necessidade, os resultados a serem alcançados, o alinhamento estratégico, as especificações da solução de TIC e o custo estimado. Além dos requisitos elencados no ETP, o TR prevê a elaboração de um modelo de execução do contrato onde são previstas todas as regras envolvidas na implantação da solução de TIC e um modelo de gestão do contrato que define como será realizado o acompanhamento e fiscalização da solução de TIC contratada (tanto aspectos contratuais e administrativos quanto aspectos técnicos).

Com a conclusão do planejamento os artefatos resultantes são encaminhados para a unidade responsável pela continuidade do processo de contratação (fase de Seleção do Fornecedor) e posterior gestão da contratação.

3 Resultados

As primeiras contratações de soluções de TIC (outsourcing de impressão e serviços de infraestrutura de rede lógica) utilizando o MATIC foram realizadas ainda no ano de 2015 para testar o modelo e artefatos criados. A adoção oficial do modelo ocorreu a partir do ano de 2016, com a aprovação do modelo no COPLAD.

Com a implantação do MATIC todos os processos com demandas de bens ou serviços de TIC passaram a ser encaminhados para uma análise prévia do CCE. A partir desse momento, foi possível identificar algumas deficiências e dificuldades na execução de algumas etapas do processo, assim como alguns pontos positivos da adoção do modelo.

Como todas as demandas de TIC passam por análise do CCE, foi possível conhecer melhor as necessidades da Instituição podendo opinar sobre elas e instruir os requisitantes sobre a correta execução do processo de contratação. Outra vantagem é poder agrupar demandas semelhantes em um único processo, evitando aquisições paralelas e aquisições por meio de adesões às atas de outras Instituições (“caronas”), expediente muito utilizado antes da implantação do modelo. O agrupamento das demandas possibilitou a padronização dos bens e serviços adquiridos e ganhos em termos de custos, qualidade e melhor adequação das soluções à realidade da Instituição. Um exemplo seria a contratação de outsourcing de impressão, inicialmente contratada por meio de “carona”, cujos processos de planejamento e contratação próprios, proporcionaram uma redução de aproximadamente 49% dos custos totais de contrato. Após processo de planejamento de contratação de infraestrutura de rede lógica seguindo o MATIC foi possível reunir a contratação dos serviços e materiais utilizados em uma mesma contratação. Anteriormente existiam dois contratos, um para postos de trabalho e outro para material de rede, nessa antiga configuração era difícil conciliar a execução do serviço com a disponibilidade de material e mão-de-obra. Em um ano de contratação pelo novo modelo foi possível atender aproximadamente 50% das demandas reprimidas da Instituição (aproximadamente R\$ 1,1 milhão de reais investidos).

Como ponto negativo, na fase de identificação da demanda observa-se que muitos usuários ainda desconhecem a necessidade de formalizar suas solicitações e encaminhá-las para análise da unidade de TIC antes de efetuar uma aquisição. Os servidores, de modo geral, e os docentes, em especial, desconhecem a complexidade do processo de aquisição e muitas vezes apresentam suas demandas sem tempo hábil para execução das etapas do processo de planejamento e demais procedimentos, levando as vezes à perda de recursos e oportunidades de compras em projetos específicos de ensino, pesquisa e extensão.

Por outro lado, a unidade de TIC da UFPR ainda enfrenta dificuldades para desenvolver todos os projetos de planejamento de contratações que a Instituição necessita constantemente para o desenvolvimento de sua atividade fim. Os projetos de planejamento de contratação concorrem com as demais atividades dos servidores (sejam técnicos ou administrativos)

inviabilizando o atendimento das demandas em tempo hábil. Com isso algumas aquisições, mais essenciais, têm sido priorizadas em detrimento de outras.

Na fase de planejamento das contratações observa-se que se tem despendido muito tempo para estudar individualmente cada solução e capacitar a equipe quanto aos aspectos técnicos e do próprio processo de contratação em si. Essa dificuldade tem dilatado o prazo para conclusão dos processos de planejamento e efetivação das contratações. Portanto, ainda é preciso capacitar equipes e disseminar conhecimento sobre as contratações de TIC para que se siga um calendário regular de contratações.

Por fim, na fase de gestão contratual as principais dificuldades são a falta de pessoal disponível e capacitado para fiscalizar os contratos, a ausência de um fluxo bem delimitado e mapeado na Instituição e o comprometimento dos envolvidos na efetiva fiscalização do cumprimento aos requisitos estabelecidos na fase de planejamento.

4 Conclusão

A importância das contratações de TIC para o desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão, é inquestionável. A execução das atividades fim das IFES é integralmente dependente da correta e coordenada execução do planejamento de TIC que, por sua vez, envolvem contratações.

Apesar da existência de deficiências e gargalos relatados no processo de contratação de soluções de TIC na UFPR, destaca-se como principal impacto positivo da adoção do MATIC, a entrega de contratações de soluções mais adequadas à realidade Institucional e ao atingimento de seus objetivos estratégicos (definidos no PDI e PDTI), além do atendimento às exigências legais definidas na IN 04/2014 SLTI/MPOG e demais normativas. Outro impacto positivo é o incentivo à uma cultura de planejamento integrado e a comunicação entre diferentes áreas (técnica, administrativa e acadêmica), resultando em maior economia para a Administração Pública.

Referências

BRASIL. **Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação, V 2.0.** Brasília, 2014.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 4 de 11 de setembro de 2014.** Disponível em: https://www.governodigital.gov.br/Plone/documentos-e-arquivos/IN%204%202014_compilada.pdf. Acesso em: 05/04/2018.

Modelo de contratação de solução de tecnologia da informação (documento interno). Disponível em: http://www.cce.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/05/Modelo_Contratacao_Solucao_TI.pdf. Acesso em: 08/04/2018.

Plano diretor de tecnologia da informação e comunicação – PDTI/UFPR (documento interno) Disponível em http://www.pdti.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/08/PDTI_UFPR_2016-2017_versao_aprovada_COPLAD_06-04-16.pdf. Acesso em: 06/04/2018.